

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 6 DE JUNHO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Maurício Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielse Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 96.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 6 de Junho de 1973 — (4.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Alvaro Dias.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Domicio Scaramella, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Tomazoni, João Fadel, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quiesle Crisóstomo, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brândão, Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (42); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Hélio Manfrinato, Aguinaldo Pereira Lima, Gabriel Manoel, Antônio Maciel e Arizone Araújo (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 176-72, de autoria do Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu, a motoniveladora marca "HUBERWARCO", como especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 176-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu, a motoniveladora marca "HUBERWARCO", ano de fabricação 1962, retificada totalmente por aquela Prefeitura, onde presta serviços há mais de 3 (três) anos.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-5-73.

aa) Gilberto Carvaño — Presidente

Iris Caldart — Relator

Basílio Zanusso

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 7, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 97.ª Sessão Ordinária Realizada em 6 de Junho de 1973 — (4.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Ivo Tomazoni.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Domicio Scaramella, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Tomazoni, João Fadel, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quiesle Crisóstomo, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brândão, Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (42); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Hélio Manfrinato, Aguinaldo Pereira Lima, Gabriel Manoel, Antônio Maciel e Arizone Araújo (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Cândido Martins de Oliveira, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 107-73.

— de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 108-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Cultura, apelando a Sua Excelência que se digne determinar ao órgão competente o pagamento dos vencimentos dos

funcionários contratados para serviços burocráticos no Colégio Estadual do Paraná.

Os referidos funcionários estão com seus vencimentos em atraso desde o mês de janeiro do corrente, e o fato, como é natural, vem causando sérios problemas aos interessados.

Sala das Sessões, em 6 de junho de 1973.

(a) Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja endereçado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Negócios da Educação e Cultura, solicitando seja determinado à Direção do Colégio Nilo Cairo, de Apucarana, remessa àquela Secretaria, da cópia da Ata do Exame de Madureza no referido estabelecimento de ensino, no ano de 1968.

Esta providência se torna necessária, diante da recusa da direção do citado colégio em fornecer nova Ata do importante exame, visando dirimir dúvidas nas notas obtidas por alguns alunos, o que está impedindo o registro do respectivo diploma. Os alunos interessados em registrar o diploma procuram a Secretaria da Educação, mas não conseguem o intento, em virtude de falhas havidas no lançamento das notas. Recebem a informação que terão que solicitar ao Colégio Nilo Cairo o envio de nova Ata. Chegando em Apucarana, deixam de ser atendidos na solicitação, sofrendo aborrecimentos que poderão ser evitados com o atendimento desta solicitação por parte do Senhor Secretário da Educação.

Sala das Sessões, em 6 de junho de 1973.

(a) Antônio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1 — a importância da construção da Usina Hidro-elétrica de Salto Ozório, no Rio Iguaçu para o sistema energético do Sul do País cujos trabalhos estão sendo administrados pela COPEL por delegação da Eletrosul;

2 — que o ritmo de trabalho imprimido pela COPEL, está assegurando o cumprimento do cronograma, que prevê o início de funcionamento da central geradora para o início de 1975, com quatro unidades gerando 700.000 KW. Posteriormente, mais duas unidades completando a potência final da usina: 1.050.000KW.

3 — que ao final do ano eleva-se a 4 milhões e 515 mil metros cúbicos o volume acumulado de terra e rocha escavados, dos quais 2.480.000 foram realizados em 1972. O enrocamento da barragem, já colocado, chegava a 660.000 metros cúbicos, mais de 20 por cento do total estimado. O significativo avanço nas escavações e o funcionamento da central de britagem, da usina de concreto e do cabo aéreo para o lançamento do material, permitem que, já em 1972, fosse iniciada a concretagem da casa de força, do vertedouro I da barragem de concreto. Além disso, foi iniciada a montagem dos condutos forçados.

4 — que mais de 4.000 trabalhadores e seus familiares ocupam a vila residencial adequadamente construída, e onde se encontram em uso mais de mil residências, vinte e dois alojamentos, duas cozinhas-refeitórios, supermercado, escola, conjuntos comerciais, escritórios e da a infra-estrutura necessária ao funcionamento de uma cidade.

Requeiro à Mesa, regimentalmente, o envio de ofício ao Sr. Artur Andreoli, Diretor Presidente da COPEL, cumprimentando-o pelo ritmo imprimido e convidando-o a proferir palestra nesta Casa a respeito das atividades da COPEL, particularmente as obras de Salto Ozório em data de conveniência do convidado.

Sala das Sessões, em 6 de junho de 1973.

(a) Maurício Fruet

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 118-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo, a constituir através da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, prédio destinado ao funcionamento da Escola Normal Irene Rickli, na sede do Município de Cascavel.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei, correrão à conta das dotações específicas consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de junho de 1973.

(a) Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de Lei, objetiva antes e acima de tudo, sanar um problema que existe desde que foi criado na sede do Município de Cascavel, o curso que se destina à formação de professores do Ensino Primário.

Motivado pelas inúmeras reivindicações, das autoridades daquele Município, bem como de sua população e principalmente de sua população estudantil, e não podendo permanecer insensível ao crescimento e expansão que aquela cidade atravessava àquela época, houve por bem o Governo do Estado, através Ato do Senhor Secretário de Educação e Cultura, criar o Curso Normal naquela cidade.

Não obstante, desde sua criação, que já ocorreu a inúmeros anos, até o presente momento, funciona aquele estabelecimento de ensino em condições precaríssimas, sacrificando não somente aos alunos que os integram, bem como aos professores e demais funcionários, pois não possui sede própria para seu funcionamento.

Ocupa desde sua criação, dependência de outro estabelecimento de ensino local, que dado ao crescimento porque atravessa o presente momento o Município de Cascavel, já se torna quase que insuficiente para o funcionamento do curso ginasial.

Não poderíamos portanto, permanecer indiferentes diante de tal status, motivo pelo qual apresentamos o presente plano de Lei, que, se aprovado por esta colenda Assembléia Legislativa, estará propiciando condições ao Poder Executivo de solucionar aquela deficiência, através da senção do presente pedido.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à Tribuna, apenas para prestar declarações rápidas em torno da posição do Sr. Diretor do DETRAN e sobre o que se disse, nesta Tribuna, da impossibilidade física do Sr. Diretor do DETRAN acumular diversas funções do serviço público.

Devemos informar que, há na Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Paraná, um substituto do Vice-Diretor Marcos Loureiro Prado. Trata-se do Professor Laertes Bertolli Guimarães, que se encontra atualmente frente à Direção da Escola na ausência do Diretor, Professor Ildelfonso Clemente Pupi (atualmente designado Diretor da Universidade Federal do Paraná).

É necessário que se diga que o cargo de vice-Diretor da Faculdade de Engenharia não é remunerado, e não deixaria o Professor Marcos Prado de aceitar uma designação feita pelo Sr. Presidente da República. E S. Exa. não poderia deixar de atender ao chamado de S. Exa. o Presidente Médico, nosso mandatário máximo, para emprestar sua inteligência e seus conhecimentos nessas funções.

Devo também adiantar que o cargo de Diretor do DETRAN não está sujeito ao regime de tempo integral e dedicação exclusiva, e nem é incompatível com o exercício do magistério, pois lhe é facultado o exercício de ambas as funções. Mesmo que essa função de professor daquela escola seja sujeita ao regime de 24 horas semanais. No caso, o professor Marcos Prado leciona no período da manhã, a partir das 7 horas e em suas funções de Diretor do Detran, seu expediente, tem início às 12,30.

Quanto ao fato do Sr. Marcos Prado ser membro do Conselho de Ensino e Pesquisa, devemos também adiantar que é da própria Universidade Federal do Paraná. Isso é parte do exercício do magistério, sendo, inclusive, prioritário sobre qualquer atividade docente, o exercício das funções como membro do Conselho de Ensino e Pesquisa.

Tinha que dar esses esclarecimentos para os Srs. Deputados e a opinião pública do Estado, para evitar que S. Exa. o Sr. Diretor do Detran seja acusado de fatos graves ou de inconstitucionalidade, em vista da acumulação de cargos perfeitamente constitucionais. E, ainda mais, para que não se pretenda afirmar que S. Exa. é um verdadeiro nababo, que estaria percebendo vultosos vencimentos pelo exercício dessa função que exerce, mas que devemos acima de tudo, louvar a capacidade de trabalho desse homem que leciona no período da manhã, trabalha no Detran no período da tarde, em tempo praticamente integral e não raras vezes, após o expediente, às 19 ou 20 horas, os Srs. Deputados têm discutido problemas veiculados àquele Departamento, fora do Expediente. E S. Exa. sempre tem estado pronto a ouvir as nossas reivindicações.

Fica aqui, pois o registro, para conhecimento dos Srs. Deputados, da opinião pública e também para que se registre nos Anais desta Casa, e que se faça justiça a um homem que trabalha. — Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 155/72, de autoria do Dep. João Fadel, que dá nova redação ao Parágrafo 1.º, do Artigo 1.º, da Lei n.º 6.296 de 7-7-72. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. COM SUBSTITUTIVO. — Aprovado, com Substitutivo.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 17/73, de autoria do Dep. Borsari Neto, que declara de Utilidade Pública o Instituto Paranaense de Engenharia Legal e Avaliações "IPELA", com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 26/73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 75/73, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos, órgão da Presidência da República, objetivando a fabricação de produtos farmacêuticos. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 27/73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 81/73, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos, órgão da Presidência da República, objetivando incrementar a Assistência Farmacêutica gratuita em Municípios Paranaenses. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 140/71, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo, criar mediante decreto, uma Inspeção de Ensino, em Capanema e com Jurisdição nos Municípios que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 24/73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 21/73, encaminhando anteprojeto de Lei que, objetiva criar os cargos em Comissão que especifica, com lotação na Escola Polivalente de Curitiba, de 1.º Grau, da Rede Estadual de Ensino Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 33/73, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que declara de Utilidade Pública, o "Centro de Fraternidade Universal Mistérios da Vida", de Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 36/73, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Médico "DR. FELIX DO REGO ALMEIDA". Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 71/73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 41/73, encaminhando anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo anuir na hipoteca do imóvel de propriedade do Instituto de Engenharia do Paraná, situado nesta Capital e doado pelo Estado, a fim de permitir obtenção de recursos financeiros àquele Instituto. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 51/72, de autoria do Dep. Quilse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo proceder o alargamento da estrada que liga o Distrito de Santa Zélia, Município de Astorga, à sede do Município de Guaraci. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 51/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao alargamento da estrada que liga o Distrito de Santa Zélia, Município de Astorga, à sede do Município de Guaraci.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) — Dep. Quilse Crisóstomo da Silva

JUSTIFICATIVA:

A estrada que liga o Distrito de Santa Zélia, Município de Guaraci, atravessa uma rica região, mas é muito estreita, dificultando por isso mesmo o tráfego na mesma. A dificuldade maior, que era a travessia do rio Bandeirantes, já foi superada com a construção de uma ponte de concreto. Agora, com o seu alargamento, objeto deste Projeto de Lei, a estrada atenderá perfeitamente àqueles que por ela trafegam.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 51/72

PARECER

Inexistem, no presente Projeto de Lei, óbices de caráter legal ou constitucional, razão pela qual opinamos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 27.9.72

aa) — Fuad Nacii — Presidente

Santos Lima — Relator

Muggiati Filho

Erondy Silvério

Cândido M. de Oliveira

Ovídio Franzoni

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 51/72

AUTOR: Dep. Quilse C. da Silva

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a proceder ao alargamento da estrada que liga o Distrito de Santa Zélia à sede do Município de Guaraci.

PARECER

1.) O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

2.) Tratando-se de medida meramente autorizatória e que diz respeito às conveniências daquele prestigioso Município, não vemos, no âmbito desta Comissão, qualquer óbice que se lhe possa antepor.

3.) Somos, portanto, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 1972

aa) — Fuad Nacii — Presidente

Jorge Sato — Relator

João Fadel

Odilon Reinhardt

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI N.º 51/72

PARECER

I — De autoria do ilustre Deputado Quilse Crisóstomo da Silva, vem a esta Comissão, para fins de parecer, o presente Projeto de Lei, que autoriza o Poder Executivo a proceder ao alargamento da estrada que liga o Distrito de Santa Zélia, Município de Astorga, à sede do Município de Guaraci.

II — No mérito da iniciativa, que a esta Comissão Técnica cabe analisar, inferimos da justificativa que, realmente, a estrada que precisa ser alargada é de extrema importância econômica para a região que a mesma serve. Pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, 30-4-73

aa) — Borsari Neto — Presidente

Lázaro Dumont — Relator

Aguinaldo P. Lima

Antônio Belinati

Arthur de Souza

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 13/73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 210/72, que aprova o Convênio celebrado em 26.10.72, entre o Ministério da Saúde, Governo do Estado do Paraná e o Instituto do Câncer de Londrina, objetivando estabelecer normas para desenvolvimento da luta contra o câncer no Estado como específica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P. — Aprovado.

MENSAGEM

Curitiba, 30 de novembro de 1972

76/72

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convênio celebrado em 26 de outubro de 1972, entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado do Paraná e o Instituto de Câncer de Londrina, objetivando estabelecer as bases para desenvolvimento da luta contra o câncer no Estado do Paraná, através da execução de programas assistenciais e contribuições financeiras.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Egrégia Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o ne-

cessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado WILSON FIGUEIREDO FORTES

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/ Capital

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MINISTÉRIO DA SAÚDE, O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ E O INSTITUTO DE CâNCER DE LONDRINA, PARA A INTENSIFICAÇÃO DA LUTA CONTRA O CâNCER NO ESTADO DO PARANÁ.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e dois (1972), de um lado o Ministério da Saúde, neste ato representado pelo Doutor Mário Machado de Lemos, Ministro do Estado, e, de outro, o Governador, Pedro Viriato Parigot de Souza, através da Secretaria do Estado dos Negócios de Saúde Pública, neste ato representada pelo Senhor Secretário Ivan Beira Fontoura, seu titular, e o Instituto de Câncer de Londrina, representado pelo seu Presidente, Lucilla Pinto Ballalai, deliberaram essas partes firmar o presente convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I — OBJETO — O presente convênio se destina a estabelecer as bases para desenvolvimento da luta contra o câncer no Estado do Paraná, através da execução de programas assistenciais e educativos e contribuições financeiras destinadas pelo Ministério da Saúde, através da Divisão Nacional de Câncer ao Instituto de Câncer de Londrina.

CLÁUSULA II — CONVENÇÕES — Ficam convencionadas as designações de "Ministério" para o Ministério da Saúde, de "Secretaria" para a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, de "Divisão" para a Divisão Nacional de Câncer e de "Instituto" para o Instituto de Câncer de Londrina.

CLÁUSULA III — OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO — O Ministério, através da Divisão, para o cumprimento deste convênio se obriga a:

- fornecer à Secretaria recursos financeiros no valor de Cr\$ 110.000,00 (cento e dez mil cruzeiros), destinados ao Instituto, para o Hospital Antonio Prudente e para o Ambulatório da Faculdade de Medicina do Norte do Paraná;
- supervisionar e orientar a execução técnica dos programas de controle do câncer, a cargo do Instituto;
- fiscalizar o exato cumprimento das obrigações assumidas pela entidade beneficiada;
- dar assistência técnica especializada, quando solicitada, para o bom desempenho das atividades de controle ao câncer pactuadas neste convênio;
- proporcionar o treinamento de pessoal envolvido nas ações de luta contra a doença;
- assegurar, conforme as suas disponibilidades anuais, a continuação da ajuda técnica e financeira objetivada neste convênio.

CLÁUSULA IV — OBRIGAÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ — O Governo do Estado do Paraná, obriga a:

- pagar ao Instituto a importância de Cr\$ 110.000,00 (cento e dez mil cruzeiros) tão logo sejam aprovados pela Divisão os respectivos Planos de Aplicação apresentados pelo Instituto e liberada a importância pelo Ministério da Saúde;
- firmar recibos das importâncias recebidas do Ministério;
- fiscalizar o emprego pelo Instituto dos recursos pagos consoante os Planos de Aplicação aprovados pela Divisão;
- contribuir com a importância de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) para suplementar a execução do programa a cargo do Instituto;
- proporcionar assistência técnica permanente ao Instituto, para fins de execução dos objetivos deste convênio;
- solicitar ao Instituto e encaminhar à Divisão, nos prazos indicados pela última, os respectivos documentos comprobatórios das despesas realizadas com os recursos previstos neste convênio;
- fornecer à Divisão, sempre que solicitados, os dados técnicos e outros julgados necessários ao controle do câncer no Estado;
- fiscalizar as condições técnico-administrativas de funcionamento do Instituto mantendo a Divisão informada a respeito.

SUBCLÁUSULA ÚNICA — O pagamento a que se refere a letra "a" desta cláusula deverá ser efetuado no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

CLÁUSULA V — OBRIGAÇÕES DO INSTITUTO — O Instituto se obriga a:

- aplicar os recursos recebidos da Divisão, através da Secretaria, com estrita observância dos Planos de Aplicação aprovados pela Divisão;
- obedecer as normas técnicas sobre combate ao câncer citadas pela Divisão, que farão parte integrante deste convênio, independentemente de sua transcrição;
- executar as atividades que lhes forem cometidas pela Divisão, em função dos Programas de Controle do Câncer;
- integrar-se nas atividades objetivadas pela Campanha Nacional de Combate ao Câncer, na forma do Decreto n.º 61.968, de 22 de dezembro de 1967;
- adotar medidas visando o financiamento da manutenção dos seus serviços, através de ajustes, acordos ou convênios, celebrados com entidades, públicas ou privadas;
- assegurar assistência a pacientes de câncer carentes de recursos, destinando-lhes 30% do total de seus leitos e 70% dos atendimentos ambulatoriais, de acordo com a orientação que traçar o Ministério e a Secretaria;
- fornecer à Secretaria os elementos que lhe forem solicitados de modo a permitir uma constante avaliação dos seus serviços;
- apresentar à Secretaria os comprovantes das despesas realizadas com os recursos decorrentes deste convênio;
- permitir a fiscalização local dos seus serviços por técnicos da Divisão e da Secretaria, e o acesso aos registros técnicos e administrativos da entidade, a análise dos seus balanços e demonstrações financeiras e outros documentos que comprovem a fidelidade da gestão dos recursos que lhe forem entregues pela Divisão, através da Secretaria;
- manter em estabelecimentos oficial de crédito, conta bancária especial destinada à movimentação dos recursos que lhe forem entregues pela Secretaria, objeto deste convênio;
- adotar medidas visando o constante aperfeiçoamento técnico científico do seu pessoal e sugerir à Divisão providências que possam contribuir para incrementar a luta contra a doença;
- manter registro estatístico de acordo com as normas prescritas pela Divisão, enviando a esta última, nos prazos estipulados, os modelos padronizados devidamente preenchidos;
- promover campanhas educativas e de arrecadação de fundos privados destinados à luta contra o câncer no Estado.

SUBCLÁUSULA ÚNICA — As medidas enunciadas na alínea "e" desta cláusula serão adotadas de modo a que os serviços não sofram redução no seu padrão técnico, assistencial e científico.

CLÁUSULA VI — RECURSOS FINANCEIROS — Os recursos financeiros do Ministério da Saúde, destinados à execução do presente convênio, num total de Cr\$ 110.000,00 (cento e dez mil cruzeiros) se encontram assim classificados: Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) à conta do Elemento 3.2.1.0 — Subvenções Sociais, Atividades 2510.1506.2049, Subvenções às Entidades de Combate ao Câncer, constante da Lei n.º 5.754, de 3 de dezembro de 1971; Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) à conta do crédito suplementar aberto pelo Decreto n.º 70.830, de 13 de julho de 1972, publicado no Diário Oficial de 14 seguinte, sendo: Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros) à conta do elemento 4.3.4.0 — Auxílios para Equipamentos e Instalações de Atividade 2510.1506.1014 — Ampliação e Equipamento da Rede Hospitalar filiada à Campanha Nacional de Combate ao Câncer e de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) à conta do Elemento 3.2.1.0 — Atividade 2510.1506.2049 — Empenhada a despesa sob n.ºs 184, 185, 186.

Os recursos financeiros do Governo do Estado correrão à conta: Órgão Principal: Secretaria da Fazenda — Administração Geral do Estado. Dotação: ... 72—09—90—09—0 — Programa: Encargos Gerais do Estado — Unidade Executora: Secretaria do Estado dos Negócios da Fazenda — Administração Geral do Estado. 3.0.0.0 — Despesas Correntes; 3.2.0.0 — Transferências Correntes; 3.2.1.0 — Subvenções Sociais — Instituições Diversas.

CLÁUSULA VII — DENÚNCIA — Este convênio poderá ser denunciado, em qualquer época, pelo inadimplemento de suas cláusulas e condições pela superveniência de fatos que impeçam o seu prosseguimento, ou por acordo entre as partes mediante comunicação prévia e por escrito, com antecedência mínima de noventa (90) dias.

CLÁUSULA VIII — VIGÊNCIA E EFICÁCIA — O presente convênio vigorará a partir da data de sua publicação no Diário Oficial, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura, com prazo de vigência por 2 (dois) anos.

CLÁUSULA IX — ALTERAÇÃO — O presente convênio poderá ser alterado de comum acordo pelas partes, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA X — SANÇÕES — O inadimplemento por parte de qualquer cláusula ou condição do presente convênio, a inabilitará para o recebimento de qualquer auxílio, subvenção ou contribuição do Governo Federal, sem prejuízo das demais providências legais cabíveis.

CLÁUSULA XI — CASOS OMISSOS — Os casos omissos, bem como as dúvidas decorrentes da execução do presente convênio serão dirimidos pelo Ministério e pela Secretaria.

E, por estarem acordes, o presente convênio lavrado em livro próprio da Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde e de forma idêntica em livro próprio da Secretaria, por mim, (assinatura ilegível), Chefe da Secretaria Executiva, e depois de lido, aceito e achado conforme foi assinado pelas partes supra-mencionadas e testemunhas abaixo, dele se extraindo cópias para sua publicação e execução, tudo de conformidade com o disposto no item V do art. 1.º da Lei n.º 5.167, de 21 de outubro de 1966.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

MÁRIO MACHADO DE LEMOS
Ministro de Estado

IVAN BEIRA FONTOURA
Secretário de Saúde

JOÃO SAMPAIO GOES JÚNIOR
Diretor da Divisão

LUCILLA PINTO BALLALAI
Presidente do Instituto

Testemunhas:

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

MENSAGEM GOVERNAMENTAL N.º 70/72
PROPOSIÇÃO N.º 210/72

PARECER

Não havendo reparos legais ou constitucionais a oferecer ao presente plano de lei oriundo de Mensagem Governamental, opinamos pela sua aprovação nos termos do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1973.

(aa) (Ass. ilegível) — Presidente

Dep. Antônio Franco Ferreira da Costa Filho — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 13/73 — Ex-Proposição n.º 210/72.

AUTOR: GOVERNO DO ESTADO — MENSAGEM N.º 70/72, encaminhando cópia do convênio celebrado em 26.10.72, entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado do Paraná e o Instituto de Câncer de Londrina, objetivando o desenvolvimento da luta contra o câncer no Estado, através de assistência e contribuições financeiras.

PARECER:

A matéria é justa e oportuna. Quanto a parte financeira que cabe a esta Comissão analisar, não encontramos nenhum impedimento, tratando-se de mera autorização legislativa, razão pela qual somos pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 22-4-73

(aa) (Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 13/73

Art. 1.º. Fica aprovado o convênio celebrado em 26 de outubro de 1972, entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado do Paraná e o Instituto do Câncer de Londrina, objetivando estabelecer as bases para desenvolvimento da luta contra o câncer no Estado do Paraná, através da execução de programas assistenciais e contribuições financeiras.

Art. 2.º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1973.

(aa) (Ass. ilegível) — Presidente

Dep. Antônio Franco Ferreira da Costa Filho — Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 13-73 — Ex-Proposição n.º 210-72.

AUTOR: Poder Executivo-Mensagem n.º 70-72 Aprova Convenio celebrado entre o Ministério da Saúde, Governo do Estado do Paraná e o Instituto do Câncer de Londrina, objetivando estabelecer normas para o desenvolvimento da luta contra o Câncer no Estado.

PARECER

Oriunda de Mensagem Governamental. Convenio celebrado entre o Governo Federal através do Ministério da Saúde, Governo Estadual e uma Entidade particular Instituto do Câncer de Londrina, a matéria é justa, oportuna e altamente meritória, pois sendo o Câncer um dos flagelos de nossa época vem assim o Poder Público dar uma demonstração de que está atento em salvaguardar a saúde de nossa população unindo-se nessa luta que não é somente nossa mas de toda a humanidade.

O presente Projeto de Resolução não encontrou óbices, de ordem legal ou financeira nas Comissões de Justiça e Finanças, assim sendo, esta Comissão de Saúde Pública só tem a louvar a iniciativa, dando o seu parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1973

ass. ilegível — Presidente

ass. ilegível — Relator

1.ª Discussão — do Projeto de Resolução n.º 14-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 208-72, que aprova o Convenio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a União, representada pelos Ministérios da Fazenda e dos Transportes, objetivando a execução do Programa de Vias Expressas — PROGRES — conforme Decreto Federal n.º 71.273 de 30.10.72. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e COPTC. — Aprovado.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 14-73

Art. 1.º Fica aprovado o Convenio celebrado em 22 de novembro de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a União, representada pelos Ministérios da Fazenda e dos Transportes, objetivando estabelecer normas de cooperação entre o Governo Federal e o do Estado, para execução do Programa Especial de Vias Expressas — PROGRES — consubstanciado no Decreto Federal n.º 71.273, de 30 de outubro de 1972.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1973.

ass. ilegível — Presidente

Dep. ANTONIO FRANCO FERREIRA DA COSTA F.º — Relator

MENSAGEM 68-72

Curitiba, 24 de novembro de 1972

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais a inclusa cópia autêntica do Convenio celebrado em 22 de novembro de 1972 entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e a União, representada pelos Ministérios da Fazenda e dos Transportes, objetivando estabelecer normas de cooperação entre o Governo Federal e o do Estado, para execução do Programa Especial de Vias Expressas — PROGRES, consubstanciado no Decreto Federal n.º 71.273 de 30 de outubro de 1972.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado WILSON FIGUEIREDO FORTES

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/CAPITAL.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

PROGRAMA ESPECIAL DE VIAS EXPRESSAS — PROGRES —

Convenio com o Estado do Paraná

Termo de Convenio que, entre si, fazem o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Estado do Paraná na forma abaixo:

Aos 22 dias do mês de novembro, do ano de 1972, na cidade do Rio de Janeiro Estado da Guanabara presente, de um lado Suas Excelências, os Senhores Ministro da Fazenda Dr. Antonio Delfim Neto e dos Transportes Cel. Mário David Andreazza, em nome do Governo Federal, e, representando o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o seu Diretor-Geral Engenheiro Eliseu Resende, e, de outro lado Suas Excelências os Senhores Secretários da Fazenda e Transporte e Ass. Planejamento a final nomeados representando o Estado do Paraná é firmado, pelas partes designadas, o presente instrumento de Convenio, feito e negociado em obediência as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivos e Fundamento Legal

O Governo da República Federativa do Brasil no interesse da economia nacional e da harmonia da atividade técnico-operacional dos poderes responsáveis pela circulação rodoviária em todas as áreas do território nacional, decidiu instituir o Programa Especial de Vias Expressas — PROGRES, consubstanciado, no Decreto n.º 71.273 de 30 de outubro de 1972. Referido Programa que é administrado pelo DNER, autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes, tendo como objetivo principal a concepção de um sistema de circulação rápida e econômica que integre as redes rodoviárias nacional e a viária urbana, necessitaria, para alcançar as suas finalidades, de obter a participação dos poderes locais mais diretamente responsáveis pelos problemas para cuja solução visa o PROGRES contribuir. Tal participação é indispensável à coordenada elaboração de planos, fixação de prioridades e execução de projetos, bem como ao suporte financeiro das realizações programadas. Objetiva, assim, o presente Convenio tal como admitido no ato constitutivo do PROGRES regular a cooperação entre o Governo Federal, representado pelo DNER e o Estado do Paraná.

, dentro das diretrizes do PROGRES.

CLÁUSULA SEGUNDA — Compromissos do DNER

O DNER obriga-se a no cumprimento dos objetivos do PROGRES e de

acordo com as prioridades que recomendem os estudos técnicos que executará promover a construção de rodovias com as características previstas no Art. 1.º e seu Primeiro Parágrafo, do Decreto n.º 71.273, de 30.10.72. Obriga-se, ainda a atuar em regime de permanente consulta e troca de informações com a Agência Estadual que seja designada para atuar em nome do Estado a fim de que o PROGRES se beneficie dos dados técnicos disponíveis e possa colaborar em outras atividades planejadas pelo Estado que possam interferir nos seus resultados. Obriga-se também, em consonância com a autorização que lhe é dada na Cláusula Terceira, a proceder as apropriações dos recursos estaduais destinados ao PROGRES, e a aplicá-los, apenas em realizações do interesse e/ou no território do Paraná. Tal apropriação será objeto de escrituração adequada, presidiendo-se ao Estado informações quanto às despesas efetuadas à conta das suas dotações. Obriga-se, outrossim a quando oportuno e tecnicamente recomendável, firmar instrumentos subsidiários ao presente Convenio, delegando a órgãos estaduais quaisquer das atividades executivas compatíveis com as finalidades do PROGRES. Obriga-se, entretanto, a propor a inclusão no seu Orçamento de dotações que representem a participação federal nas realizações do PROGRES no Paraná.

CLÁUSULA TERCEIRA — Obrigações do Estado do Paraná

Compromete-se o Estado do Paraná, a participar do PROGRES, cooperando com o DNER, em tudo que seja necessário, particularmente no tocante ao apoio técnico dos órgãos especializados do Estado assegurando-lhe o acesso a fontes de informação, o fornecimento de planos e projetos, existentes ou que venham a ser elaborados e que sejam do interesse do PROGRES. Compromete-se, também a assegurar todas as facilidades para execução dos planos, projetos ou obras incluídas no PROGRES, inclusive pela participação de órgãos ou autoridades estaduais cuja atuação se faça necessária e, bem assim a, sempre que necessário, exercer a ação que a legislação permita, em bem do PROGRES no que toca a restrição de direitos particulares e desapropriação de bens atingidos por projetos ou obras a serem executadas com recursos do PROGRES. Compromete-se, ainda a participar financeiramente do PROGRES promovendo a inclusão nos Planos e Orçamentos Estaduais, de dotações destinadas a consubstanciar tal participação, e, bem assim, a promover a execução de projetos e/ou obras complementares que propiciem rendimento ótimo ao sistema integrado de circulação que o PROGRES visa alcançar. Compromete-se outrossim, a autorizar, como autorizado tem, por este instrumento e de forma irrevogável e irretirável ao DNER, a proceder dedução e retenção, para aplicação no PROGRES, de parcela correspondente a 28,5% (vinte e oito inteiros e cinco décimos de por cento) da quota parte devida ao Estado e seus Municípios no rateio do produto da arrecadação da Taxa Rodoviária Única, criada pelo Decreto-Lei n.º 999, de 21 de outubro de 1969, alterado pelo Decreto-Lei n.º 1.242 de 30 de outubro de 1972. Referida retenção será escriturada em conta especial, aberta nos livros do DNER, e o produto aplicado em realizações do PROGRES, do interesse e/ou no território do Estado do Paraná.

CLÁUSULA QUARTA — Agência do Estado do Paraná

O Estado do Paraná designará, para agir em seu nome em todos os efeitos deste Convenio órgão da sua estrutura, que será investido dos necessários poderes perante o DNER ou outros quaisquer órgãos públicos, autoridades ou pessoas, para agir em nome do Estado, em todos os efeitos deste Convenio.

CLÁUSULA QUINTA — Validade e Eficácia, Dissolução, Alterações, Arbitramento

O presente Convenio entrará em vigor, na data de sua assinatura adquirindo validade e eficácia, quando aprovado pelo Legislativo Estadual. Considerar-se-á dissolvida a presente convenção: a) com a extinção do programa criado pelo Decreto n.º 71.273 de 30 de outubro de 1972, ou b) pela superveniência da Lei ou ato que o torne material ou formalmente impossível. As alterações que se façam necessárias, fixação de regras de interpretação ou correção de possíveis infrações se processarão mediante negociações entre as partes convergentes. No caso de ocorrer ponto controverso que se não resolva por negociação as partes submeter-se-ão a arbitramento designando cada uma um árbitro que entre si, designarão um terceiro, de sua livre escolha.

Assim por estarem justas e acordadas as partes, foi lavrado o presente Convenio, em 2 (duas) vias de igual teor e idêntica validade, uma pertencente ao DNER e outra ao Estado do Paraná. Delas serão extraídas tantas cópias quantas necessárias às partes só valendo estas quando certificadas por autoridade competente do DNER ou do Estado do Paraná. Assinam os representantes das partes, assistidas pelas testemunhas abaixo. Eu Maria da Glória A. de Moraes, escrevente datilógrafo, lavrei e assino por último.

Rio, 22 de novembro de 1972.

DR. ANTONIO DELFIM NETO — Ministro da Fazenda

Cel. MARIO DAVID ANDREAZZA — Ministro dos Transportes

Eng.º ELISEU RESENDE — Diretor Geral do DNER

DR. MAURICIO SCHULMAN — Secretário da Fazenda do Estado do Paraná.

DR. MAXIMO IVO DOMINGUES — Secretário dos Transportes do Estado do Paraná

DR. THEODORO VENETIQUIDES — Assessor do Planejamento do Estado do Paraná

ass. ilegível — Testemunha

ass. ilegível — Testemunha

MARIA DA GLÓRIA A. DE MORAES — escrevente datilógrafo

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER

MENSAGEM GOVERNAMENTAL N. 68-72 — PROPOSIÇÃO N.º 208-72

1 — A presente proposição constitui-se da Mensagem Governamental n.º 68-72 encaminhando a esta Casa, para os fins constitucionais, cópia autêntica do Convenio celebrado em 22.11.72, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a União, representada pelos Ministérios da Fazenda e dos Transportes, objetivando estabelecer normas de cooperação entre o Governo Federal e o do Estado, para execução do Programa Especial de Vias Expressas — PROGRES, consubstanciado no Decreto Federal n.º 71.273, de 30 de outubro de 1972.

2 — O referido Convenio enquadra-se na competência deferida ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do artigo 47, Inciso IX, da Constituição Estadual, e por força do que dispõe o art. 22, inciso VII, da mesma Constituição, cabe a Assembléia Legislativa referendar o Convenio aludido o que ora fazemos na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o Parecer

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1973

ass. ilegível — Presidente

Dep. ANTONIO FRANCO FERREIRA DA COSTA F.º — Relator

Comissão de Finanças e Orçamento
PROPOSIÇÃO N.º 208-72

SUMULA: Mensagem Governamental n.º 68-72

PARECER

A Proposição ora em exame por esta Comissão origina-se da Mensagem Governamental n.º 68-72, encaminhando a esta Casa de Leis, para os fins constitucionais, cópia autêntica do Convenio celebrado em 22 de novembro de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a União, representada pelos Ministérios da Fazenda e dos Transportes objetivando estabelecer normas de cooperação entre o Governo Federal e o do Estado, para execução do Programa Especial de Vias Expressas — PROGRES, consubstanciado no Decreto Federal n.º 71.273, de 30 de outubro de 1972.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça já opinou pelo acolhimento da Propositura.

Não havendo qualquer óbice sob o aspecto financeiro que a esta Comissão cabe examinar por tratar-se de simples "referendum" do Convenio aludido, conforme preceitua dispositivo da Constituição Estadual, opinamos pelo ACOLHIMENTO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24-4-73

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações

PARECER

AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 14-73

1 — O presente projeto de resolução, de autoria da douta Comissão de Constituição e Justiça, visa aprovar o Convenio celebrado em 22 de novembro de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a União, representada pelos Ministérios da Fazenda e dos Transportes objetivando estabelecer normas de cooperação entre o Governo Federal e o do Estado, para execução do Programa Especial de Vias Expressas — PROGRES — consubstanciado no Decreto Federal n.º 71.273, de 30 de outubro de 1972.

2 — Referido projeto já mereceu pareceres favoráveis das duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

3 — O presente Convenio encontra amparo legal e quanto ao mérito que cabe examinarmos nesta oportunidade não há o que se lhe possa antepor, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1973

BORSARI NETO — Presidente

ARTHUR DE SOUZA — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 107-73 — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência, para o Projeto de lei n.º 108-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que se digne determinar ao órgão competente o pagamento dos vencimentos dos funcionários contratados para serviços burocráticos no Colégio Estadual do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Presidente da COPEL, cumprimentando-o pelo ritmo imprimido às obras de Salto Osório e convidando-o a proferir palestra nesta Casa a respeito das atividades da COPEL, particularmente às obras de Salto Osório. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, encarecendo seja determinado à direção do Colégio Nilo Cairo, de Apucarana, remessa aquela Secretaria da cópia da Ata do Exame de Madureza efetivado no referido estabelecimento de ensino no ano de 1968. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 7 quinta-feira à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 140-71, 24-73, 33-73, 36-73 e 71-73.

2.a Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 51-72 e de Resolução n.ºs 13-73 e 14-73.

1.a Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 124-73, 149-72 e de Resolução n.º 23-73.

Marcando ainda, para sexta-feira, dia 8, às 10.00 horas Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — dos Projetos de Lei n.ºs 252-70; 282-70; 285-70, 289-70; 167-71, 199-71; 237-71; 10-72; 161-72; 165-72; 5-73; 15-73; 19-73; 20-73, 21-73, 34-73, 47-73 e de Resolução n.º 16-73.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

Comissão Parlamentar de Inquérito
ATA DA 10.a REUNIÃO

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de um mil novecentos

e setenta e três, às dezesseis horas, na Sala de Reuniões desta Assembléia reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito para Apurar Possíveis Irregularidades na Junta Comercial do Paraná, com a presença dos Senhores Deputados João Calil Fadel, Antonio Lopes Júnior e Gilberto Carvalho. Havendo número legal o Senhor Presidente, Deputado João Calil Fadel, abriu os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. A presente reunião tem por finalidade ouvir os esclarecimentos do Senhor Doutor João Kracik Neto, Presidente da Federação do Comércio Varejista do Paraná. O Senhor Doutor João Kracik Neto, após prestar esclarecimentos coloca-se à disposição dos Membros desta Comissão, a fim de ser interrogado sobre qualquer dúvida que persista. O Depoimento é assentado através de notas taquigráficas e anexando ao processo devidamente assinado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, marcando outra para amanhã, às mesmas horas. Para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado João Calil Fadel, pelos Senhores Deputados Membros desta Comissão, e por mim, Rita Celestino Soares Secretária da Comissão.

aa) Deputado JOÃO CALIL FADEL — Presidente

Deputado Antonio Lopes Júnior

Deputado Gilberto Carvalho

Deputado Sebastião Rodrigues Júnior

Deputado Marciano Baraniuk

Rita Celestino Soares — Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS

7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1.a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, às 16,30 horas, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quielse C. da Silva, contando com as presenças dos senhores Deputados João C. Fadel, Francisco Escorsin, Gilberto Carvalho, Alvaro Dias e Wilson Fortes. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da Reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 134/72 — de autoria do Senhor Deputado João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Técnica de Comércio, no Município de Piraquara e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 51/73 — de autoria do Senhor Deputado Muggiati Filho, que autoriza o Poder Executivo doar ao Mun. de Munhoz de Melo, o prédio de madeira onde funciona o Grupo Escolar "Engenheiro José Faria Saldanha". Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 62/73 — de autoria do Senhor Deputado Quielse C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria dos Transportes proceder asfaltamento da rodovia que liga a sede do Município de Colorado à Rodovia BR-71, passando pelos municípios de Nossa Senhora das Graças, Guaraci e Jaguapitã. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 71/73 — de autoria do Senhor Deputado digo, do Poder Executivo — Mensagem n.º 41/73, encaminhando anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo anuir na hipoteca do imóvel de propriedade do Instituto de Engenharia do Paraná, situado nesta Capital e doado pelo Estado, a fim de permitir obtenção de recursos financeiros àquele Instituto. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 84/73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 47/73, em aditamento a de 44/73 — pertinente ao Código de Vencimentos dos Integrantes da Polícia Militar do Estado. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 23/73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 16/73 — Aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Londrina, objetivando o serviço de Rádio Patrulha naquele Município. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 34/73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 101/73 — Aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Negócios da Saúde Pública e o Município da Lapa, para instalação de um aparelho de abnegrafia na unidade sanitária daquele município. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 35/73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 103/73 — Aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Negócios da Saúde Pública e o Município da Lapa, para realização de serviço médico integrado. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 37/73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 110/73 — Mensagem n.º 34/73 — aprova convênio firmado entre o Governo do Estado e o Município de Loanda, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações do Funrespol e de verbas do orçamento do referido Município. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu, Teresinha Barbosa de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais

aa) Quielse C. da Silva — Presidente

Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária